



CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE CONCILIAÇÃO E MENTORIA FINANCEIRA

CONTRATANTE:	EDSON DE BARROS PETRY LTDA , pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 17.631.316/0001-84, com sede em R 13 DE MAIO, 979, AUXILIADORA, CEP: 96.640-000 RIO PARDO - RS, representada por EDSON DE BARROS PETRY , brasileiro, Empresário, portador do CPF de nº 550.170.880-91, residente e domiciliado em R 13 DE MAIO, 979, AUXILIADORA, CEP: 96.640-000 RIO PARDO - RS.
CONTRATADA:	UPFINANCE SERVICOS INTEGRADOS LTDA , pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 35.663.193/0001-45, com sede na Rua C-252, nº 923, Qd. 588, Lts. 15/16, Sl. 07, Bairro Nova Suíça, Goiânia/GO, CEP: 74.280-160, representada neste ato por seu sócio/administrador PAULO HENRIQUE DUARTE RIBEIRO , residente e domiciliado em Rua C-189, It. 06, Jardim América, Goiânia – GO, CEP 74.265-320.

Têm entre si justo e contratado o presente instrumento particular, acordando quanto as cláusulas e condições adiante estabelecidas, obrigando-se por si, seus herdeiros ou sucessores.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1.1. ATIVIDADES

- a) Realizar a conciliação diária das contas correntes;
- b) Verificar os fechamentos de caixa por auditoria;
- c) Conciliar os recebíveis de cartão de crédito e débito;
- d) Analisar diariamente os lançamentos na perspectiva de classificação de naturezas, despesas, custos, e receitas propondo ajustes quando necessário por meio de orientação diária;
- e) Validar e gerenciar o plano de contas e os centros de resultado alinhados com o

- cliente;
- f) Auditar a documentação que suporta o contas a pagar;
 - g) Comunicar aos responsáveis possíveis questões que possam impedir a conciliação e o fechamento diário da tesouraria, como falta de aprovação, documentação incompatível e erros em lançamentos ou baixas nos planos de contas e centro de resultados;
 - h) Comunicação com a contabilidade para envio de relatórios necessários;
 - i) Construção dos relatórios no fechamento de cada mês de Demonstrativo de Resultados, Demonstrativo de Fluxo de Caixa, e Balanço Patrimonial Gerencial.

CLÁUSULA SEGUNDA – PERÍODO DE AVALIAÇÃO

- 2.1. A **CONTRATANTE** não terá custos junto a **CONTRATADA** enquanto durar o período de avaliação de 30 dias.
- 2.2. Após a apresentação dos números, incluindo o Demonstrativo de Resultados (DRE) e o Demonstrativo de Fluxo de Caixa (DFC), a **CONTRATANTE** terá um período de 5 (cinco) dias úteis para decidir se deseja continuar com os serviços. Caso opte por não seguir, este contrato é rescindido sem penalidades adicionais.

CLÁUSULA TERCEIRA DA NÃO VINCULAÇÃO

- 3.1. As **PARTES** estabelecem que o presente instrumento não decorre nem dá direito a qualquer tipo de participação ou vinculação societária, bem como não cria qualquer tipo de vínculo empregatício entre os empregados ou prepostos da **CONTRATANTE** com a **CONTRATADA** ou vice-versa.
- 3.2. As **PARTES** estão proibidas de contratar qualquer funcionário da outra PARTE, tendo em vista a Confidencialidade e o Sigilo contido na Cláusula 6ª.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

- 4.1. O presente contrato, terá vigência pelo prazo determinado de 30 (trinta) dias contados a partir da assinatura do contrato ou até a apresentação dos itens 2.2.

CLÁUSULA QUINTA – DAS RESPONSABILIDADES

- 5.1. Os serviços serão desenvolvidos e prestados de acordo com o descrito no rol do item 1.1, com as condições e especificações fornecidas pela **CONTRATANTE**.
- 5.1.1 Existindo a necessidade na contratação de novos serviços, os mesmos deverão ser previamente comunicados, e ainda, deverá, após negociação de valores, a confecção de novo Contrato.
- 5.2. As informações necessárias para a elaboração do objeto contratado deverão ser repassadas dentro do lastro temporal acordado entre as **PARTES**, não se responsabilizando a **CONTRATADA** por qualquer omissão e/ou não repasse de informações necessários quando devidamente solicitadas.
- 5.3. A **CONTRATANTE** se obriga a garantir as informações de acessos (consulta) de suas contas bancárias, cartões de crédito, sistema de vouchers, sistemas de gestão e outros que se fizerem necessários, para que os serviços possam ser desenvolvidos e entregues conforme

pactuado.

CLÁUSULA SEXTA – DO SIGILO E CONFIDENCIALIDADE

6.1. As partes acordam que não irão, a qualquer tempo, divulgar qualquer informação, *know-how*, técnico ou comercial, especificações, invenções, processos ou iniciativas que sejam de natureza confidencial e forem divulgadas à parte receptora pela parte reveladora, seus empregados, representantes, prepostos, consultores ou subcontratados, ou qualquer outra informação confidencial relacionada ao negócio, produtos ou serviços da parte divulgadora que a parte receptora possa vir a receber ou obter (informação confidencial), sigilo sobre as cláusulas e condições pactuadas no presente instrumento, ressalvados os casos de ordem e/ou pedido judicial de qualquer autoridade competente.

6.1.1. A presente cláusula, obrigatoriamente ser respeitada pela CONTRATADA durante toda a vigência do presente contrato, e caso seja rescindido o presente termo, fica ciente que esta Cláusula permanecerá em Confidência/Sigilo pelo período de 60 (sessenta) meses, sob pena de multa de 2 (duas) vezes o valor do honorário mensal vigente a época, sem prejuízo de lhe ser imputados prejuízos trazidos à CONTRATADA.

6.2. A CONTRATADA não será responsável por eventuais violações de dados e informações acima referidas provenientes de atos de funcionários/prepostos da CONTRATANTE.

6.3. A CONTRATANTE autoriza expressamente que sua marca e a localidade onde atua, possam figurar na lista de clientes da CONTRATADA, disponibilizada em seu endereço eletrônico e suas redes sociais.

6.4. Caso a CONTRATADA seja destinatária de qualquer ordem judicial ou comunicação oficial que determine o fornecimento ou divulgação de informações confidenciais, deverá notificar a CONTRATANTE, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas corridas, sobre o ocorrido, oportunizando a adoção, em tempo hábil de medidas legais para impedir ou mitigar os efeitos decorrentes da divulgação dos dados sigilosos relacionados a esta requisição ou objetos desta.

CLÁUSULA SETIMA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

7.1. A CONTRATANTE, nos termos do artigo 7º, inciso I da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral da Proteção de Dados) consente por sua livre e espontânea vontade com o tratamento de todos os seus dados pessoais para uma finalidade específica, sendo que tal consentimento é fornecido por escrito através do presente contrato.

7.1.1. Considera-se dado pessoal toda informação relacionada à pessoa natural identificada ou identificável, isto é, qualquer informação que possa identificar o seu titular, como, por exemplo, nomes, números, códigos de identificação, endereços, característica, dentre outras.

7.2. A CONTRATADA realiza o tratamento de dados pessoais nos moldes previstos nos artigos 6º e 7º da Lei nº 13.709/2018, observando a boa-fé e todos os seus princípios, especialmente dentro da sua finalidade do tratamento para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados antecipadamente ao seu titular, com exatidão, clareza, relevância e atualização dos dados, de acordo com a necessidade para o cumprimento da finalidade de seu tratamento.

7.3. Na hipótese da CONTRATANTE tornar os seus dados manifestamente públicos,

a **CONTRATADA** fica desobrigada de obter consentimento para tratamento de tais dados, observando para tanto a finalidade para este tratamento, de modo que permanecem vigente os demais direitos da **CONTRATANTE** e princípios estabelecidos na Lei Geral de Proteção de Dados.

7.4. Após o término do tratamento dos dados pessoais a **CONTRATADA** deverá excluí-los, sendo que o seu armazenamento poderá ser realizado de acordo com o prazo mínimo legal, contidos nas normativas legais específicas que regulamentam a atividade da **CONTRATADA**.

7.5. Esgotado o prazo estipulado para a obrigatoriedade de armazenamento dos dados e não havendo mais necessidade de mantê-los, **CONTRATADA** deverá excluir todos os dados pessoais que foram transmitidos e armazenados.

7.6. **CONTRATADA** garante que os Dados Pessoais obtidos através da **CONTRATANTE** e que estejam em seu domínio não serão compartilhados com terceiros sem autorização prévia e escrita da **CONTRATANTE**. A **CONTRATADA** deverá certificar-se que tais terceiros autorizados zelem pela mesma proteção de Dados Pessoais estabelecida neste contrato.

7.6 A **CONTRATADA** irá auxiliar a **CONTRATANTE** no atendimento de solicitações dos Titulares dos Dados, incluindo solicitações de confirmação da existência de tratamento, acesso, anonimização, retificação, bloqueio ou exclusão, quando cabível, observados os prazos legais, aqueles que vierem a ser definidos pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) ou, subsidiariamente, o prazo máximo de 120 (cento e vinte) horas úteis.

7.7 A **CONTRATADA** declara que já implementou medidas de segurança física, técnica e organizacional apropriadas, de acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados.

7.8 As medidas de segurança adotadas pela **CONTRATADA** irão impedir especialmente que os Dados Pessoais Processados sejam:

- a. Acidentalmente ou ilegalmente destruídos, perdidos ou alterados;
- b. Acessados, divulgados ou disponibilizados sem autorização; ou
- c. Processados em violação à Lei Geral de Proteção de Dados.

7.9 A **CONTRATADA** irá tomar as medidas corretivas adequadas e fornecerá imediatamente a **CONTRATANTE** todas as informações e auxílio pertinentes em caso de suspeita ou violação de Dados Pessoais.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO

8.1. A **CONTRATANTE** deverá fazer a comunicação formal com antecedência de 30 (trinta dias) junto a **CONTRATADA**, e realizar o pagamento do valor que refere-se a mensalidade descrito na Cláusula 2ª.

8.1.1. Caso a **CONTRATANTE** opte por rescindir de imediato, sem preservar o período descrito no item 8.1, a **CONTRATADA** deixará de fazer seus serviços conforme comunicação formal, mas fará jus ao recebimento de 2x (duas) vezes o valor total do honorário vigente a época (mensalidade).

CLÁUSULA NONA – DO FORO

9.1. As partes elegem o Foro da Comarca de Suzano/SP, para dirimir quaisquer questões oriundas da execução do presente contrato, desde já renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS ASSINATURAS ELETRÔNICAS

1.1 As Partes admitem como válida a formalização e assinatura do presente Contrato por meio eletrônico, nos termos do Art. 10, §2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, reconhecendo como válida, incluindo as assinaturas eletrônicas nas plataformas de assinaturas equivalentes no mercado, bem como que não utilizem de certificado digital emitido no padrão ICP-Brasil. A formalização do presente instrumento na forma acordada retro será suficiente para a validade jurídica, integridade e autenticidade do Contrato, e integral vinculação das Partes ao seu inteiro teor, incluindo também como título executivo extrajudicial conforme preconizado no Art. 784 e seguintes do CPC e REsp 1.495.920 do STJ.

E por estarem justas e acordadas as Partes assinam o presente instrumento, em via única, na presença das testemunhas abaixo.

EDSON DE BARROS PETRY LTDA	UPFINANCE SERVICOS INTEGRADOS LTDA
CNPJ nº 17.631.316/0001-84 CONTRATANTE	CNPJ nº 35.663.193/0001-45 CONTRATADA

Testemunhas:

--	--